

(RES)SIGNIFICANDO HORIZONTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A REMIÇÃO PELA LEITURA

(RE) THINKING HORIZONS: CONSIDERATIONS ABOUT REMISSION BY READING

Neliane Raquel Macedo Aquino¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Imperatriz, MA, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2139-4283>
nr.macedo@hotmail.com

Recebido em 11 mar. 2024

Aceito em 04 abr. 2024

Resumo: A leitura, como ato que compreende todos os espaços da vida do homem, também está presente nas instituições penais brasileiras por meio do recém criado projeto Remição pela Leitura. A pessoa privada de liberdade utiliza o projeto de leitura para remir a pena e para promover o desenvolvimento social. Nesse sentido, analisa-se o processo de construção cidadã das pessoas privadas de liberdade instituído nas disposições legais que envolvem a Remição pela Leitura, contribuindo para a reflexão acerca da presença da leitura nos espaços penais como forma não apenas de remir a pena, mas de propor dignidade humana para a pessoa privada de liberdade, conforme a CF/88. Todavia, é necessário compreender como os dispositivos legais podem, de fato, promover o desenvolvimento e reflexão sobre si e sobre o mundo. Assim, esse artigo analisa o papel da leitura promovido pelo projeto Remição pela Leitura. Em vista do que é proposto no referido projeto, é necessário compreender e analisar como os dispositivos legais visam materializar a leitura para pessoas privadas de liberdade. Busca-se, portanto, contribuir para a ressocialização da pessoa privada de liberdade. Por meio de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica sobre a importância da leitura e dos pressupostos legais, analisa-se que ele é mais do que oportunidade para remir a pena, entretanto, há que se melhorar na sua constituição para que a leitura, de fato, possa cumprir o seu papel.

Palavras-chave: Leitura. Remição pela leitura. Pessoa privada de liberdade.

Abstract: Reading, as an act that comprehends all spaces of human life, is also present in Brazilian penal institutions through the recently created Remission by reading project. The person deprived of liberty uses the reading project to redeem the sentence and to construct social development. In that regard, In this sense, the process of citizenship construction of people deprived of liberty established in the legal provisions involving Remission through Reading is analyzed, contributing to the reflection on the presence of reading in penal spaces as a way not only of remitting the sentence, but of propose human dignity for the person deprived of liberty, in accordance with CF/88. However, it is necessary to understand how legislation can promote development and thinking on themselves and on the world. So, this paper analyzes the role of reading promoted by the Remission by reading project. In view of what is proposed in this project, it is necessary to understand and analyze how legislation aims to materialize the reading for people deprived of liberty. Therefore, the goal is to contribute to the ressocialization of people deprived of liberty. Through the qualitative literature review on the importance of reading and legal assumptions, it is analyzed that it is more than an opportunity to redeem the legal sentence; however, its constitution needs to be improved, so that reading, in fact, can fulfill its role.

Keywords: Reading. Remission by reading project. People deprived of liberty.

INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra-se na esfera da leitura e da importância desta para o desenvolvimento humano, levando em consideração a condição especial em que se encontram as pessoas privadas de liberdade. O indivíduo encarcerado é, por vezes, visto como problema ou como um ser que deve ser apartado da sociedade. De outro lado, sabemos que é necessário, enquanto seres sociais que somos, pensar o lugar dessas pessoas na sociedade e no seu processo de cumprimento da pena e ressocialização. Por isso, a Lei nº 7.210/84 – Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984), ressalta, em seu artigo 1º, que a execução penal deve efetivar a sentença, mas também deve “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Nesse sentido, esse trabalho analisa um dos caminhos possíveis para que a pessoa privada de liberdade tenha a oportunidade de passar pelo processo de ressocialização, ou seja, de ter essas condições mencionadas na Lei nº 7.210/84 para a integração social: a leitura. Sabemos, todavia, que a ressocialização é por vezes deixada de lado nos estabelecimentos prisionais por diversos motivos. De um lado: falta de pessoal para trabalhar com atividades de ressocialização, falta de apoio, falta de estrutura, dentre outros, o que gera descumprimento do próprio item legal. Do lado da sociedade, é familiar a visão das pessoas privadas de liberdade como aqueles que não merecem uma segunda chance, já que, enquanto presos, não tiveram oportunidade de construir outra imagem sobre si. Ademais, a pessoa privada de liberdade por vezes é considerada “imprópria” ao convívio social pela sociedade, porque muitas pessoas desacreditam na possibilidade de mudança daqueles que estão cumprindo pena.

Assim, projetos que visem oportunidades para aqueles que estão presos são poucos e as pessoas privadas de liberdade não têm tantas oportunidades de refletirem sobre seus atos e sobre si, haja vista que a mera coerção, na maioria das vezes, não é suficiente para que eles repensem os atos praticados e busquem melhores alternativas após o cumprimento da pena. Um desses poucos projetos foi recentemente criado e é conhecido como Remição pela Leitura. Nesse projeto, duas linhas importantes se coadunam: a possibilidade de remir a pena, diminuindo o período de encarceramento; e a possibilidade de promover o desenvolvimento

humano e social por meio do ato de ler. Há alguns textos legais que mencionam ou dispõem sobre a remição por meio da leitura, dentre eles: Portaria Conjunta JF/DEPEN N.º 276, de 20 de junho de 2012; Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013; Lei Nº 10.606, de 30 de junho de 2017, no Maranhão.

O presente trabalho visa, portanto, demonstrar o papel da leitura para as pessoas privadas de liberdade, especialmente a leitura literária, observando-se as diretrizes contidas na legislação vigente, em especial, aquela promovida no Maranhão. Esse desejo deu-se por acreditarmos que, por meio da leitura, o sujeito é capaz de ressignificar seu lugar no mundo, e resgatar sua identidade, promovendo reflexão sobre si e sobre o mundo e fomentando o processo de ressocialização a que ele tem direito.

1. COMPREENSÕES SOBRE LEITURA DA PALAVRA E LEITURA DE MUNDO

A leitura tem papel fundamental na construção do indivíduo na sociedade, porém, por vezes, questiona-se como a leitura possa auxiliar nessa formação tanto social quanto profissional das pessoas. Para tanto, vários são os teóricos que demonstram como a leitura faz do indivíduo um sujeito autônomo, ciente de si e do mundo.

A leitura é entendida num processo de interação entre autor, leitor e texto. Assim, é importante ressaltar que aqui se faz presente uma das principais contribuições da leitura para o indivíduo: a partir da interação com o texto, o sujeito leitor ressignifica sua realidade, pensa sobre si e sobre o mundo e possibilita o seu desenvolvimento em seus diversos papéis sociais. Isso é evidenciado por Koch (2016), quando a autora demonstra que o texto representa atividade interacional promovida entre os interactantes, ou seja, entre autor e leitor. O leitor, portanto, faz parte desse processo de produção de sentido e não é assujeitado, não apenas recebe os significados do autor, mas junto com ele os produz.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a concepção de leitura aqui utilizada advoga em favor do interacionismo discursivo, da visão da leitura como processo constituído por sujeitos ativos (Koch; Elias, 2011). Segundo Koch e Elias (2011), quando pensamos na leitura nessa perspectiva, isso quer dizer que a leitura tem foco na interação autor-texto-leitor e vemos a língua pela sua forma dialógica. Somado a isso,

os sujeitos do processo, autor e leitor, são vistos como sujeitos ativos, participantes se constroem e reconstroem na interação. Como bem disseram Savioli e Fiorin (1997), o texto é mais do que a soma de suas partes, posto que seu resultado é uma produção única de sentidos. Por isso, é necessário considerar a produção do texto e sua realidade e os impactos que suas condições de criação causaram ao autor e que também causarão ao leitor.

O texto, nesse ponto de vista linguístico, assume limites precisos que são reconhecidos pela visão e audição. Assim, o texto escrito é reconhecido como unidade pelo leitor que utiliza essas limitações não só para decodificar as palavras, mas para produzir o sentido, reconstituindo os significados e contextualizando o que está escrito, promovendo interação entre autor e leitor. Os significados das palavras, das frases e dos discursos, por conseguinte, dependem dessa relação e promovem ao leitor nova constituição de sentido para cada um que lê a partir de seu lugar no tempo e no espaço (Koch; Elias, 2011; Leffa, 1996).

Tendo em vista essa relevância para a construção do sujeito em sociedade, é preciso pensar também que o texto que se apresenta precisa de diversificação, de possibilidades interpretativas, de leituras de mundo diversas no tempo e no espaço. Para tanto, o leitor, como sujeito ativo, deve entrar em contato com textos diferentes ao longo da vida que os auxilie nessa caminhada. É nessa perspectiva que a leitura se insere, como instrumento que promove não apenas diversidade no texto lido, mas diferentes possibilidades de ler mundo. Como dito por Freire (1989, p. 9), “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” e, nessa estrada, a leitura da palavra deve possibilitar caminhos para desenvolver a leitura de mundo.

Importa, ainda, mencionar que o leitor, na proposição da leitura, reconhece o texto como tal por empirismo, escolhendo aquele que lhe faz gosto, a exemplo do romance, conto, etc. Nesse caminho, mencionamos que muitos livros destinados à Remição pela Leitura vêm do contexto literário. Assim, a obra lida especialmente no âmbito da literatura tem características definidas pela Teoria da Literatura, como descreve Amora (2006): é uma obra que transmite uma realidade subjetiva e uma realidade física, as quais surgem na interação autor-texto-leitor, como já descrevemos (Koch; Elias, 2011). Além disso, a concepção da realidade pode ser individual ou racional e, no texto, ter-se-á a presença da concepção da realidade individual, posto que depende do sujeito e de sua interação com a obra, enquanto a concepção racional

está presente no texto não-literário, haja vista que diz respeito à forma como as ciências interpretam a realidade (Amora, 2006).

Com isso, observamos que o texto literário é reconhecido como expressão originária da leitura de mundo de um indivíduo e que permite a interpretação por outros, os quais se vão expressar a partir do conteúdo e de sua própria realidade. É essa visão de literatura que fomenta a leitura literária como local de desenvolvimento humano individual, permitindo reflexões atuais, mas que também é capaz de descrever e questionar o contexto histórico, mesmo quando a obra lida atravessa o tempo. A leitura, especialmente a literária, permite o desenvolvimento humano na medida em que suas reflexões e estudos promovem o afastamento da alienação, da desumanização dos sujeitos (Cereja; Magalhães, 2005)

Dessa forma é que a leitura permite o desenvolvimento humano, promovendo o exercício do pensamento. A leitura permite olhar para a realidade atual e não repetir erros do passado, posto que o texto se reveste da realidade do autor e é palco, por vezes, inclusive, de formação crítica social. Ler permite visualizar os próprios textos da comunicação em massa e conseguir analisar os limites do possível e do verdadeiro. “A cada leitura, reacendemos a chama do diálogo vivo que a humanidade vem construindo” (Cereja; Magalhães, 2005, p. 3). Nas palavras de Candido (1995), é nesse sentido que a leitura literária tem sido usada na educação, pois ela é palco de ações e valores sociais, os quais convivemos na realidade. Isso só é possível porque “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 1995, p. 177). Para tanto,

(...) o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. Se fosse possível abstrair o sentido e pensar nas palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre a nossa mente. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo (Candido, 1995, p. 179).

Compreender tais papéis nos mostra a responsabilidade e a necessidade de a leitura se fazer presente em todas as esferas humanas, inclusive nas casas de custódia. Dessa maneira, por meio da leitura, o sujeito é capaz de ressignificar seu lugar no mundo, e resgatar sua identidade, conforme apontam Winchuar e Bahls

(2017, p. 148), “(...) o texto pode influenciar o comportamento do leitor, modificar suas atitudes e torná-lo um sujeito crítico diante da sociedade.”

A leitura, por seu fim, promove a autonomia do sujeito em seu contexto social, como preconiza Freire (2008, p. 18), pois “quer dizer, mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença que, reconhecendo a outra presença como um ‘não-eu’ se reconhece como si própria”. Por isso, devemos nos reconhecer como “seres condicionados, mas não *determinados*. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o futuro (...) é *problemático* e não inexorável” (id, 2008, p. 19). Isso significa que somos indivíduos vivendo num contexto que, embora estabeleça prévias possibilidades, ainda podemos atuar como agentes ativos sobre o mundo, constituindo diferentes caminhos. Quando se trata de pessoas privadas de liberdade, é preciso pensar que sua condição é temporariamente limitante, mas não pode ser a única possibilidade de vida. A leitura, por conseguinte, permite que as pessoas privadas de liberdade, ao agir sobre o mundo, possam construir novos caminhos para si.

2 FUNDAMENTO NORMATIVO: O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

De início, comecemos pela definição da pena, que é o fundamento da punição e, por conseguinte, o que leva as pessoas a sofrerem sanções no seio social. De acordo com Greco (2016), pena vem do latim *poena* e do grego “poiné” e remete a inflicção de dor física ou moral àquele que contraria a norma. Além disso, o autor Pessina (1936, apud Greco, 2016, p. 16), define a pena como “um sofrimento que recai, por obra da sociedade humana, sobre aquele que foi declarado autor de delito”.

Historicamente, o Direito Penal confunde-se com a própria história da sociedade, posto que a ideia de punição está presente nela há muito tempo. Como aponta Greco (2016, p. 16)

Desde que o homem passou a viver em sociedade, sempre esteve presente a ideia de punição pela prática de atos que atentassem contra algum indivíduo, isoladamente, ou contra o próprio grupo social. Essa punição não era originária de leis formais, que não existiam naquela época, mas sim de regras costumeiras, culturais, destinadas à satisfação de um sentimento inato de justiça e, também, com a finalidade de preservar o próprio corpo social.

Dessa maneira, podemos observar como a ideia de punição está presente na sociedade, configurando elemento necessário à sua própria existência. A pena, por sua primeira definição, deve ser capaz de corrigir o ato transgressor por meio de dor, separando o indivíduo da sociedade ou para concretizar uma vingança. Segundo Araújo (2013 apud Oliveira, 2019), essa ideia permaneceu sobremaneira até início do século XIX.

Ao longo da história da sociedade, a ideia de punição recebeu novas reflexões, como sabemos, e se tornou o fundamento que é hoje, incorporando outras noções que não apenas de “vingança” ou “punição por meio da dor”. Para tanto, além da ideia de punir, incorporou-se a reflexão sobre ressocializar. Dotti (1998, apud Oliveira, 2019) define que ressocializar é promover mudanças no comportamento da pessoa privada de liberdade, tornando esse comportamento adequado ao convívio social. Sendo assim, o cumprimento da pena hoje é maneira pela qual o Estado faz o controle social, mas também oportuniza a reflexão e a mudança de comportamento do indivíduo.

Ressaltamos que essa mudança social, na perspectiva do que é controle social e ressocialização, foi permitida pela construção do Direito como um todo para o qual contribuiu sua ramificação. Nessa construção, o Direito Constitucional representa o topo da hierarquia e parte fundamental para a regulamentação da ideia de pena. Por isso, é necessário mencionar as relações jurídicas entre o Direito Constitucional e o Direito Penal.

2.1 Relação entre o Direito Constitucional e o Direito Penal

Segundo Masson (2013, p. 03), “Direito Penal é o conjunto de princípios e leis destinados a combater o crime e a contravenção penal, mediante a imposição de sanção penal”. Isso quer dizer que o direito penal é a maneira pela qual o Estado pune conduta delituosa, mas com o objetivo de proteger o bem jurídico tutelado pelo estado, como a vida, a dignidade, dentre outros. Nesse caminho, há estreita relação a qual não pode ser esquecida entre Direito Penal e Direito Constitucional, haja vista que este assegura a existência daqueles bens jurídicos na sociedade (Masson, 2013; Greco, 2016).

Resta lembrar que aquele que é punido por cometimento de proibição prevista na lei também é cidadão e a ele são assegurados os direitos que lhe cabem. É nesse sentido que atualmente não se pensa mais num Direito Penal meramente inquisitório ou vingativo, com o objetivo da pena de aplicação da punição para coação do infrator. Antes, pois, deve o Estado assegurar que aquele que cumpre pena o faça de acordo com as normas, sem a ele atribuir-se excessos. Conforme Aguiar (2018), os direitos fundamentais representam tanto lugar de proteção quanto limite de intervenção jurídico-penal. É por isso que atualmente o Direito Penal é visto em uma amplitude de funções, quais sejam: instrumento de controle social, garantia, função ético-social, simbólica, motivadora, redutora de violência e função promocional (Masson, 2013). Esta última representa o Direito Penal como fonte de transformação social a partir da reflexão dos costumes e das penas.

O Direito Penal e a aplicação do controle social por parte do Estado devem garantir a inviolabilidade dos direitos fundamentais. Estes direitos estão assegurados pela Carta Magna (Brasil, 1988) no seu extenso artigo 5º. Dentre eles, é possível citar: a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a intimidade, a dignidade, o patrimônio privado. A educação, por sua vez, é trazida na Constituição como direito social. Entretanto, é preciso pensar nas condições em que se concretizam os direitos cidadãos. Sabemos que a sociedade é campo de desigualdades as mais diversas e que esses direitos não se realizam da mesma forma e nas mesmas condições para todos.

Ao se pensar especificamente na educação, direito sobre o qual se realiza este trabalho, Julião e Paiva (2014) lembram que este direito humano fundamental (ONU, 1948) ou direito social (Brasil, 1988) não é observado como uma política pública que se efetiva na realidade, diminuindo as desigualdades existentes entre os cidadãos para promover o acesso à educação de qualidade.

Nesse aspecto, cabe ressaltar que todo cidadão partícipe de uma sociedade faz jus a esse direito e, por conseguinte, forma-se o pacto social pela punição daquele que o viola. O Direito Penal, portanto, é parte fundamental para assegurar o cumprimento de uma sanção a partir do que preconizam as leis, assegurando o bem-estar de todos os cidadãos. Isso significa pensar na pessoa privada de liberdade como sujeito de direitos que também é e, portanto, seus direitos devem ser preservados,

como o acesso à educação. Nesse sentido, a pessoa privada de liberdade tem a pena como objeto de coerção e de reaprendizagem, para que possa voltar ao seio social.

Tendo em vista a importância da educação como direito social, há que se falar especificamente da literatura como direito. Para Candido (1995, p. 177), é necessário vermos a literatura como direito humano, posto que a literatura “(...) parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito.” A literatura é, pois, fonte de equilíbrio e harmonia social.

Levando isso em consideração, a pessoa privada de liberdade deve passar por caminhos que permitam pensar sua conduta e estabelecer novas possibilidades para si. É nesse contexto que se faz relevante construção de atividades educacionais nas penitenciárias do país. Dessa maneira, o recorte que aqui se propõe é mostrar a importância desse objetivo de ressocialização da pessoa privada de liberdade por meio da oportunidade da leitura e interpretação da palavra e do mundo. Esse caminho já fora demonstrado e, por sua importância, alguns mecanismos legais foram criados, conforme exposto a seguir.

2.2 A execução penal

Para se discutir o cerne deste trabalho, que é a leitura para pessoas privadas de liberdade, é necessário antes mencionarmos o que preveem as leis processuais a respeito disso. As leis processuais guiam as condutas e as etapas em que a pena deverá ser avaliada e executada e, por conseguinte, também são nelas que encontramos dispositivos a respeito das atividades de educação, em especial de leitura.

Primeiro, cabe mencionar a Lei de Execução Penal nº 7210/84 (Brasil, 1984). Conforme a própria lei, “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (art. 1º). Isso quer dizer que, como mencionado anteriormente, a execução da pena, além de punitiva, é medida pela sua capacidade de dar condições de retorno ao convívio social, por meio das oportunidades que a pessoa privada de liberdade terá. Nesse sentido é que se dispõe no art. 10: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Essa assistência é disponibilizada

em diversos meios: material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, conforme art.11.

Especificamente sobre a assistência educacional, a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) aponta, em seu art. 17, que ela compreende a instrução escolar e formação profissional. Aqui, portanto, está assegurado o direito à educação para a pessoa privada de liberdade e, mais do que isso, a necessidade de incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional, para que, ao findar a pena, essa pessoa possa voltar ao convívio social com novas oportunidades.

Além disso, a referida lei expõe sobre a obrigatoriedade do Ensino Fundamental (art. 18) e sobre a implantação do Ensino Médio, nas modalidades regular ou supletivo com ou sem formação profissional (art. 18-A), além de Educação de Jovens e Adultos (art. 18-A, § 2º) e programas de educação a distância (art. 18-A, § 3º).

É relevante também mencionar a possibilidade de parcerias com instituições públicas ou privadas para que mais oportunidades de educação cheguem às penitenciárias (art. 20). Somado a isso, a necessidade de construção de uma biblioteca nessas instituições assegura o acesso à leitura e à literatura (ar. 21). Por fim, a respeito da assistência educacional, a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) ressalta que o Censo penitenciário, que ocorre periodicamente, deve apurar os dados sobre educação das pessoas privadas de liberdade e as oportunidades de aperfeiçoamento que lhes são dispostas nessas instituições.

Assim sendo, podemos observar como a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) aborda a educação como elemento fundamental no cumprimento de pena nas instituições brasileiras. O acesso à educação é, portanto, uma importante esfera de construção da dignidade da pessoa humana, em especial do que está preso. A educação, conforme Freire (2008), auxilia na autonomia do sujeito, dando-lhe a instrumentação necessária para desenvolvimento do pensamento.

Além do objetivo primeiro da inserção da educação para desenvolvimento humano, há também que se mencionar a modalidade Remição de Pena, prevista na mesma lei e que deriva, em uma de suas possibilidades, das oportunidades de leitura nessas instituições. Na sequência, essa oportunidade de leitura é analisada.

3 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE A REMIÇÃO PELA LEITURA

De acordo com Oliveira (2019), a educação passou a ser incorporada ao sistema prisional a partir da década de 1950. A Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) data de 1984, mas foi ao longo dos anos seguintes que a Assistência Educacional passou a fazer parte do texto legal, como podemos observar nas suas várias modificações e nas novas redações dadas pela Lei nº 13.163, de 2015 (Brasil, 2015).

A educação, além de ser apresentada como parte fundamental para a ressocialização da pessoa privada de liberdade, também pode ser usada como forma de remição de pena, o que importa na diminuição do tempo de encarceramento e na progressão de regime. A esse respeito, a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) expõe, em seu art. 126, que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Essa nova redação para os artigos de que tratam a remição (art. 126, 127, 128 e 129) foi dada pela Lei n. 12.433, de 2011 (Brasil, 2011), incorporando-se, portanto, o estudo como possibilidade de remição. Segundo Torres (2017, apud Nota Técnica n.º 1/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ, p. 1), essa iniciativa “surgiu com a interpretação analógica entre trabalho e estudo, por meio de iniciativas de juízes de execução penal, compreendendo que a atividade escolar demanda trabalho intelectual e, por isso, poderia ser demanda para fins de remição de pena”.

Segundo a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984), a contagem de tempo para a remição da pena por estudo é feita da seguinte maneira: deve-se remir 1 (um) dia de pena para cada 12 (doze) horas de frequência escolar, o que inclui o ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, e requalificação profissional contados em pelo menos 3 dias (art. 126, § 1º, I). Além disso, a referida lei aborda que esse estudo poderá ser realizado de forma presencial ou a distância (art. 126, § 2º). Ao final, o tempo remido é computado como pena cumprida (art. 128). O texto demonstra que a perspectiva atual para cumprimento de pena deve, portanto, ser pautada na correção de comportamento, mas também na oportunidade de desenvolvimento da pessoa privada de liberdade, dando-lhe inclusive motivação para prosseguir nos estudos.

Convém mencionar que a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) indica estudo de maneira geral, considerando-o em suas diversas modalidades formais. A partir de entendimentos diversos e analogias, foi incorporada a ideia de remição pela leitura nos espaços penais sendo concretizada em outros textos legais.

Dessa maneira, observamos que a educação é vista atualmente como elemento fundamental na execução da pena, assegurada a sua oportunidade para todos e contribuindo para o desenvolvimento da pessoa privada de liberdade tendo em vista a sua dignidade, conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988) determina. Tal assertiva demonstra como é necessário não apenas a oferta da educação, mas a busca por qualidade e o acompanhamento das ações educacionais para pessoas privadas de liberdade, para que haja reflexão, como esta que aqui se propõe, da educação e de sua contribuição para o desenvolvimento dessas pessoas.

Especificamente sobre a remição por estudo, ela está detalhada na Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a seguinte redação:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim (Brasil, 2013, p. 2)

Nesse sentido, a Recomendação nº 44/2013 do CNJ detalha as formas de aceitação da remição de pena por estudo, enfatizando a participação da pessoa privada de liberdade em programas educacionais. Especificamente sobre a remição de pena por meio da leitura, a referida Recomendação (Brasil, 2013, art. 1º, p. 3) estipula que é preciso:

V - estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:

- a) necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva;
- b) assegurar que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível na unidade, adquiridas pelo Poder Judiciário, pelo DEPEN, Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos Estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais.

Dessa maneira, a Recomendação nº 44/2013 (Brasil, 2013), demonstra a necessidade de elaboração de projeto que tenha esse objetivo de incentivar a leitura

para promoção da remição. Para tanto, a referida Recomendação (Brasil, 2013) estabelece que deve haver a constituição de uma biblioteca no estabelecimento penal, com uma quantidade de vinte exemplares de cada obra componente do projeto (alínea d). Além disso, ela também estabelece os prazos para a leitura, sendo 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias, com apresentação de resenha ao final da leitura (alínea e). A contagem para remição é feita de acordo com o critério legal de avaliação, sendo 4 (quatro) dias de sua pena por avaliação e o limite de 12 (doze) obras lidas e avaliadas, o que possibilita remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses da pena. Após a leitura, a resenha deve ser lida e analisada pela comissão organizadora do projeto. Em seguida, o resultado é enviado ao Juiz da Execução Penal para efetivação da remição (alínea f).

A partir do que propõe a Recomendação nº 44/2013 (Brasil, 2013), é possível compreender que a leitura constitui uma oportunidade de remir a pena, mas ao mesmo tempo, deve ser pensada por seus benefícios e possibilidades de desenvolvimento do indivíduo. Assim, a Remição pela Leitura é um projeto que promove dignidade da pessoa humana. Essa Recomendação (Brasil, 2013) tem caráter normativo e função obrigatória nos estabelecimentos penais, mas a leitura, para promover a reflexão e a autonomia do sujeito, deve ser pensada para além de uma simples ação de ler uma obra e construir uma resenha. O projeto, portanto, oportuniza caminhos maiores de desenvolvimento do que somente aquilo que a lei preconiza.

Além dessa Recomendação, alguns órgãos da justiça elaboraram normativas para dispor sobre a remição pela leitura. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) publicaram uma Portaria Conjunta Nº. 276 (Brasil, 2012). Tal portaria versa sobre o projeto Remição pela Leitura na esfera federal, detalhando os procedimentos sobre assistência educacional trazidos pela Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984). Seu texto legal dispõe, no âmbito das penitenciárias federais, o procedimento a ser seguido, sendo que:

Art. 3º A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 01 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais.

Parágrafo único. Tendo em vista a real efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto (Brasil, 2012, art. 3º, p. 1).

Destaca-se, portanto, a necessidade de constituição de uma biblioteca para a implementação do que assegura a lei ao custodiado. Além disso, sobre os prazos de leitura e dias de remição, a Portaria segue o mesmo período estipulado pela Recomendação nº 44 do CNJ (Brasil, 2013), já descritos acima.

É relevante mencionar que a Portaria (Brasil, 2012) traz em seu texto legal que “V - O preso participante do Projeto receberá orientações para tal, preferencialmente, através de Oficinas de Leitura, sendo cientificado da necessidade de alcançar os objetivos propostos para que haja a concessão da remição de pena”. Isso mostra que a leitura não deve ser vista tão somente como simples decodificação do texto, mas que deve haver meios para que o indivíduo possa exercitá-la e aprender a desenvolvê-la da melhor maneira possível.

No âmbito do Estado do Maranhão, o projeto Remição pela Leitura também ganhou corpo mais recentemente. Esse projeto foi instituído pela Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017, em consonância com as demais leis aqui mencionadas. Dessa maneira, o objetivo desse projeto, conforme a própria lei, é “oportunizar aos internos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leituras e resenhas” (art. 3º). Assim, novamente podemos concluir que a leitura é tratada na sua perspectiva maior, que não apenas a de decodificar textos, mas promover o pensamento crítico e reflexivo a respeito de si e do mundo, contribuindo para a formação pessoal e profissional da pessoa privada de liberdade. Todavia, esse objetivo, para que seja de fato cumprido, não pode estar limitado à produção de resenha.

A Lei nº 10.606 (Maranhão, 2017) também determina que a implementação desse projeto é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Importa mencionar ainda que, como já exposto anteriormente, a participação da pessoa privada de liberdade é voluntária (art. 10). O procedimento segue o que já fora estipulado em leis anteriores, sendo a possibilidade de remição de 4 (quatro) dias de pena por obra lida e acompanhamento de resenha (art. 11) a cada 30 dias (art. 12). Por fim, o relatório é avaliado pela comissão com notas de 0 a 10, seguindo os critérios e modelos estabelecidos (arts. 13 e 14). Para tanto, a comissão é formada por um docente que compõe a equipe do estabelecimento penal e um professor ou membro

integrante da Comissão de Remição, que é o responsável pelo acompanhamento do projeto (art. 17). A comissão deve:

- I - relacionar as obras literárias que compõem as ações da Remição da Pena por Estudo pela Leitura;
- II - atualizar periodicamente os títulos das obras literárias do acervo das ações da Remição da Pena por Estudo pela Leitura;
- III - orientar os internos custodiados alfabetizados sobre como elaborar relatórios de leitura e resenhas;
- IV - realizar a orientação de escritas e reescritas de textos para a elaboração dos relatórios de leitura e das resenhas;
- V - corrigir a versão final dos relatórios de leitura e das resenhas;
- VI - elaborar declaração mensal ou quando solicitada, relativa à leitura das obras literárias, contendo carga horária e aproveitamento escolar para fins de remição pela leitura.
- VII - emitir atestado para fins de remição (Maranhão, 2017, art. 19, p. 3).

Observa-se que a lei menciona o termo “obras literárias” como modalidade de textos aceitos para a Remição pela Leitura. Entretanto, não há clareza na definição e analisa-se que seja possível incorporar a essa ideia obras de caráter não-literário também. Ademais, a leitura tem como resultado uma resenha sobre a qual formações são necessárias, conforme os incisos III e IV. Esses incisos demonstram a necessidade de acompanhamento do desenvolvimento da leitura e produção escrita dos custodiados. Por fim, a remição é avaliada e decretada pelo Juiz competente da execução penal.

Após a implantação dessas normativas, relatórios do Departamento Penitenciário Nacional começaram a demonstrar como, na prática, essa atividade estava sendo executada nas instituições penais. Alguns dados são relevantes de serem apresentados aqui, para fundamentação da necessidade de pensar o aspecto da leitura nessas instituições, haja vista que a teoria precisa ser concretizada. Dessa forma, utilizamos as informações do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Brasil, 2019) para fundamentar as análises sobre leitura no espaço carcerário.

Segundo os dados do referido Levantamento, a população prisional do Brasil estava em 748.009, sem contar os presos em delegacias (Brasil, 2019). Ainda, os dados demonstram uma redução na taxa de crescimento populacional entre os anos 2018 e 2019, caindo de 2,97% para 1,49%. Somado a isso, os dados mostram que houve redução de presos provisórios de 35,06% em 2018 para 30,43% em 2019 (Brasil, 2019). Ademais, os dados mostram que apenas 16,53% da população

prisional do país estava envolvida em alguma atividade educacional em 2019, sendo 27.208 em atividades de remição por estudo e leitura. O Maranhão, por sua vez, contou com 55,85% da população prisional em atividade educacional, segundo os mesmos dados e mesmo ano; destes, 977 estavam em alguma atividade de remição por esporte ou estudo.

Conforme esses dados, observamos que ainda é muito pequeno o número de participantes em atividades educacionais levando em consideração o território nacional. Na outra margem do rio, o Estado do Maranhão demonstra que tem concretizado a iniciativa legal e oportunizado em diversos locais a participação da pessoa privada de liberdade em atividades de educação. Tendo em vista essa grande participação, é possível reconhecer o impacto que as oportunidades de ressocialização, por meio da educação, têm promovido aos custodiados.

Há dados relevantes de serem mencionados, ainda, na Nota Técnica n.º 1/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ, de 04 de março de 2020. Esse documento trata de dados sobre a Remição pela leitura, após incorporação do projeto no texto legal. Segundo esse documento (Brasil, 2020), o projeto de Remição pela Leitura foi instituído em 2009 na Penitenciária Federal de Catanduvas, Paraná, sendo esse conhecido como a primeira tentativa de concretizar o projeto, antes mesmo da previsão legal da Lei de Execuções Penais. Além dessa iniciativa, há registro de um Observatório do Livro e da Leitura que foi instituído em São Paulo com a cooperação da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP) a partir do ano de 2009.

A Nota Técnica Técnica (Brasil, 2020) informa que a leitura e a resenha de livros passaram a ser pensadas para os espaços penitenciários federais porque, naquela época, as pessoas privadas de liberdade que ocupavam esses espaços não participavam de programas de escolarização formal. Além disso, o tempo longo de recolhimento nas penitenciárias federais tornou-se motivador para a ideia de auxílio na ocupação do tempo ocioso. Dessa forma, surgiu a ideia de remir a pena utilizando a leitura.

A primeira fase do projeto foi realizada com a leitura da obra “Crime e Castigo”, do escritor russo Fiódor Dostoiévski, acervo constituído por 22 exemplares, os quais foram comprados pela Vara Criminal Federal de Curitiba e, posteriormente, destinadas ao acervo da biblioteca da Penitenciária Federal de Catanduvas-PR. Sendo o projeto inicial bem-sucedido, o Conselho da Comunidade escolheria os próximos títulos e submeteria nova proposta à avaliação do juiz. (Brasil, 2020, p. 02)

A partir da aprovação da lei, o projeto pôde ser incorporado com maior fomento tanto nas instituições federais quanto nas estaduais. Em 2012, foi instituída a Portaria Conjunta 276 (Brasil, 2012), a qual regulamenta o projeto de Remição pela Leitura nessas penitenciárias. Dessa maneira, o Depen/MJ demonstrou uma interpretação extensiva do art. 126 da Lei de Execução Penal e criou as regras para a remição pela leitura. Os procedimentos adotados foram então descritos na Portaria Conjunta JF/DEPEN N.º 276, de 20 de junho de 2012, e em 2013 o Conselho Nacional de Justiça elaborou a Recomendação nº 44/2013 também já mencionada. É relevante mencionar que, conforme a Nota Técnica (Brasil, 2020), muito embora o texto da Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) não traga claramente essa possibilidade de remição de pena pela leitura, a prática já está consolidada e encontra respaldo na legislação, conforme pudemos observar.

A nota técnica (Brasil, 2020) traz um importante quadro que demonstra as resenhas realizadas no âmbito federal, reproduzido abaixo:

Quadro 1 - Remição pela Leitura SPF 2015-2019

	Participantes				
Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Total	2.197	1.887	2.256	1.630	3.694
	Resenhas Realizadas				
Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Total	1.653	1.278	1.369	1.059	3.019
	Resenhas Aprovadas				
Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Total	1.475	1.106	1.177	589	1.260

Fonte: Coordenação Geral de Assistências nas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (2019 apud Brasil, 2020, p. 2).

Esse quadro mostra como se deu a participação dos custodiados ao longo dos anos. Observamos como a participação é variável, mas crescente se comparados os

dados de 2015 e 2019. Já as resenhas realizadas mostram um número menor em relação ao número de participantes, quando comparado ao ano específico de cada dado, e mostram também uma discrepância em relação às resenhas aprovadas. Ante esses dados, é relevante pensar o que ocorre para que tantos participantes não efetivem a produção da resenha e, principalmente, não sejam aprovados.

Analizamos que esses dados são muito importantes porque demonstram que ler não é mera decodificação, que a ação de ler pode se dar de uma maneira diferente daquela que o avaliador espera, e que não basta às pessoas privadas de liberdade o oferecimento do livro. É preciso pensar em como está o interesse e a forma de leitura dessas pessoas. É preciso ver esse sujeito leitor como ativo no processo e suas concepções a partir do que conhece do seu tempo e espaço (Koch; Elias, 2011; Leffa, 1996).

É necessário, ainda, pensar se os critérios de análise e avaliação estão adequados a suas leituras e vice-versa e, por conseguinte, se eles os compreendem. Muito embora se destaque o acompanhamento durante a produção da resenha, é relevante perceber se foi oferecido o conhecimento por meio de formação necessária para que a avaliação realizada possa ser aproveitada.

Interessante também é observar qual leitura é oferecida para essas pessoas e se eles de fato se interessam por elas, haja vista que a leitura cumpre um papel que depende do objetivo de quem lê (Koch; Elias, 2011). Dessa maneira, é preciso observar se é possível pensar nas pessoas privadas de liberdade como sujeitos ativos no processo e que devem ser assim considerados, e não como meros espectadores que não têm formas próprias de analisar o que leem.

A Nota Técnica (Brasil, 2020) traz, ainda, informações sobre os estados. Como descrito, o Maranhão apresenta uma lei específica sobre a remição pela leitura de (Maranhão, 2017). Além disso, a referida Nota informa que o estado apresentava, até então, 37 unidades prisionais envolvidas no projeto, contando com 1.215 participantes de uma população carcerária de 8.766. Com isso, o Maranhão está entre os estados com maior participação. Isso porque, segundo a Nota Técnica, há uma relação que promove maior participação nos estados em que a Secretaria de Educação tornou o projeto de remição pela leitura uma atividade complementar. Assim, podemos observar que a regulamentação com participação das Secretarias de Educação,

conforme ocorre no Maranhão, auxilia na organização e no oferecimento da oportunidade, gerando incentivo e participação.

Por fim, a Nota Técnica (Brasil, 2020) relata as atividades de informação e apoio que têm sido realizadas para acompanhamento desse projeto. Em 2019, foi realizado o Encontro Nacional de Remição pela Leitura. Nesse evento, diferentes representantes reuniram as questões que precisavam ser analisadas para desenvolvimento da leitura nos espaços penais.

Na ocasião, por meio dos relatos dos representantes das instituições executoras, identificou-se: (i) a falta de profissionais e de fomento às parcerias interinstitucionais com Secretarias de Educação, Universidades, Institutos Federais, dentre outros, para ampliar a oferta de programas de remição; (ii) dificuldade de manutenção de professores, discentes de projetos de extensão, voluntários para desenvolver a remição pela leitura nos espaços de privação de liberdade, em todas as etapas de oficinas/rodas de leitura, construção do texto, avaliação; (iii) a insuficiência de acervo literário; (iv) a carência de espaços físicos adequados e destinados para as atividades; (v) a falta de servidores penais para o deslocamento dos internos e o acompanhamento das atividades; (vi) a ausência de bolsas de extensão universitária para auxiliar nos custos dos discentes com o deslocamento para as unidades prisionais. Com isso, considera-se elementar a superação dos pontos elencados para a expansão e desenvolvimento permanente das atividades de remição pela leitura no país (Brasil, 2020, p. 07).

Ademais, Winchuar e Bahls (2017) fizeram um apanhado de trabalhos envolvendo a temática da leitura no espaço carcerário. O levantamento dos autores foi realizado por meio de palavras-chave em bancos de informações de diversas universidades, utilizando o filtro de 10 anos. Conforme apontado por eles, há poucos trabalhos, incluindo dissertações de mestrado e tese de doutorado, que promovem reflexões acerca da leitura nos sistemas prisionais. A partir disso, os autores elaboraram o seguinte quadro:

Quadro 2 - Temas das pesquisas que abordam práticas de leitura no sistema prisional

Descrição das temáticas referentes à leitura no sistema prisional	Dissertação	Tese	Total
O acesso à leitura literária no Sistema Prisional Paranaense	1	0	1
A contribuição da leitura literária para a (re) inclusão de sujeitos privados de liberdade	2	0	2
Resgate da identidade de sujeitos em privação de liberdade, a partir de práticas de leitura e escrita	4	0	4
O perfil do leitor em situação de privação de liberdade	1	0	1
Eventos de letramento ocorridos no interior da penitenciária: práticas de oralidade, leitura e escrita	1	1	2

Fonte: Winchuar; Bahls (2017, p. 151)

O quadro 2, embora datado de 2017, demonstra que a leitura no espaço penal ainda é assunto pouco estudado e que é possível desenvolver novos estudos para reverter esse quadro. Somado a isso, o registro dos problemas da Nota Técnica (Brasil, 2020) demonstra como a atividade de leitura precisa de apoio para que o projeto de Remição possa ser de fato consolidado. Ademais, o projeto parece ser simples, mas não é, posto que a leitura, como dito anteriormente, não pode ser mera decodificação de palavras. A leitura, conforme Freire (2008), permite que o sujeito se reconheça enquanto tal e se torne autônomo. Essa autonomia é desenvolvida levando em consideração quem lê, como lê, por que lê. A Remição pela Leitura, por conseguinte, é uma grande oportunidade de construir estradas de desenvolvimento humano para pessoas privadas de liberdade, promovendo a reflexão sobre si e sobre o mundo.

É igualmente necessário observar se é possível haver apoio com profissionais da área específica de linguagens, oficinas de desenvolvimento de leitura e interpretação, livros que não representem simplesmente número, mas que possam

contribuir às reflexões necessárias, espaços físicos adequados, por exemplo. Conforme Julião e Paiva (2014, p. 114) apontam, “dos mais de 1.100 estabelecimentos penais existentes no Brasil, poucos possuem espaços infraestruturais, como previsto para realização de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer”.

Tais questões não podem ser ignoradas para que o projeto alcance um bom objetivo de não só remir a pena, mas proporcionar desenvolvimento e progresso social ao leitor. Conforme a própria Nota Técnica (Brasil, 2020), a Remição pela Leitura é oportunidade de não só diminuir a pena, mas ainda de promover a necessária ressocialização do custodiado. Para tanto, é preciso pensar na forma como se concretizam esses projetos de leitura para que se possa extrair o melhor possível deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da leitura é inegável para a manutenção social, como já há muito discutido. Ante o que foi exposto neste trabalho, a leitura confirma-se como lugar de conhecimento e de reflexão social necessário para todos os contextos, em especial as instituições prisionais, campo desta investigação. Reconhecer a pessoa privada de liberdade como sujeito ativo de sua leitura (Koch; Elias, 2011), seja da leitura de mundo ou da leitura da palavra que provém daquela (Freire, 2008), permite um olhar atento para o desenvolvimento desse sujeito, promovendo não apenas o cumprimento de pena, mas fomentar a sua ressocialização.

As normativas, desde a Lei de Execuções Penais (Brasil, 1984) até a Lei de Remição pela Leitura no Maranhão, 10.606/2017, apoiadas pelos princípios e pressupostos do Direito Penal e Direito Constitucional, nos conduzem a pensar acerca do papel da leitura para desenvolvimento humano. Ao se tratar especificamente do espaço penal, observamos que a leitura é parte relevante, haja vista que a ressocialização demarca o processo a que a pessoa privada de liberdade deve passar e, por meio dela, há um caminho de desenvolvimento da autonomia do sujeito (Freire, 2008).

Embora haja relevância ao papel da leitura, como destacado inclusive nos relatórios da Nota Técnica nº 1/2020 (Brasil, 2020), observamos que ainda há que se

pensar na estrutura da aplicação do projeto para que se concretize o ideal que as próprias normativas buscam. Como afirmam Julião e Paiva (2014), é preciso reconhecer as pessoas privadas de liberdade como sujeitos de direitos. Pensar dessa forma permite compreender o espaço penal como local de pena e de ressocialização. Assim, atividades de leitura podem ser pensadas para além da remição de 4 dias de pena e contribuir sobremaneira com o processo de volta da pessoa privada de liberdade ao convívio social.

A leitura literária torna-se importante meio para a (re) construção da dignidade da pessoa humana porque permite a aprendizagem sobre a vida e sobre o mundo, promove a reflexão e abre caminhos de pensamento. Dessa maneira, a presença da leitura literária no contexto da instituição prisional proporciona pensar a pessoa privada de liberdade como mais do que sujeito que sofre punição, pessoa apartada da sociedade, desumanizada. Esse local “coloca homens e mulheres em situações de desumanização, de apagamento identitário: olhares proibidos de se desviarem das paredes, cabeças baixas e o medo constante de se expressar; ser torna-se uma subversão” (Lima; Melo, 2015, p. 297).

Assim, consideramos que a formatação do projeto Remição pela Leitura promovido a partir da Lei nº 10.606 (Maranhão, 2017) no Maranhão, e que está de acordo com a Recomendação nº 44 (Brasil, 2013), poderá ser mais significativa tendo-se em vista esse papel da leitura e não apenas como modelo para remir a pena. Analisamos, com isso, que a perspectiva legal deve promover a leitura muito mais do que como um momento de produzir uma resenha para diminuir os dias de pena. O projeto Remição pela Leitura pode trazer caminhos de reflexão que somente ele irá produzir e, quiçá, produzir impactos na população carcerária, pois, como já afirmou Bauman, em conversa com Mazzeo (2020, p. 17), a literatura “é capaz de expressar solidez e fluidez, assim como homogeneidade e pluralidade, a natureza suave e mesmo ‘pungente, áspera e friável’ de nossa existência”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. Direito Penal, Direito Constitucional e Estado Democrático de Direito. *In: Jusbrasil*, Brasília, 2018. Disponível em: <https://leonardoaaaguiar.jusbrasil.com.br/artigos/324819590/direito-penal-direito-constitucional-e-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 02. abr. 2023.

AMORA, A. **Introdução à teoria da literatura**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BAUMAN, Z; MAZZEO, R. **O elogio da literatura**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Lei. Brasília, DF: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 11 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, DF: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 29 jun. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Portaria Conjunta JF/DEPEN nº 276, de 20 de junho de 2012**. Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 20 jun. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-conjunta-jf-depen.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-44-cnj.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015**. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Brasília, DF: Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm. Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02. abr. 2023.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWl2MmJmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNMNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. **Nota Técnica nº 1/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ, de 04 de março de 2020.** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF: Ministério da Justiça E Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 04 mar. 2020. Disponível em: <https://feccompar.com.br/wp-content/uploads/2023/05/remissaonota.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CANDIDO, A. **Vários Escritos.** 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CEREJA, W; MAGALHÃES, T. **Literatura brasileira:** ensino médio. 3. ed. São Paulo: Atual, 2005.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

JULIÃO, E; PAIVA, J. A leitura no espaço carcerário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 111-128, 30 abr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2014v32n1p111>. Acesso em: 21 jul. 2023.

KOCH, I. **O texto e a construção de sentidos.** 10. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I.; ELIAS, V. **Ler e compreender:** os sentidos do texto. 3. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

LEFFA, V. Fatores da compreensão na leitura. **Cadernos do II**, Porto Alegre, v. 15, n. 15, p. 143-159, 1996. Disponível em: <https://leffa.pro.br/textos/trabalhos/fatores.pdf>. Acesso em: 05. mar. 2023.

LIMA, S; MELO, H. Leitura literária e vivência criativa no espaço carcerário. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 28, 293-309, dez/2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/98635>. Acesso em: 11. mar. 2023.

MARANHÃO. **Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017.** Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão. São Luís, 30 jun. 2017. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10606. Acesso em: 11 mar. 2023.

MASSON, C. **Direito Penal:** parte geral. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

OLIVEIRA, K. **O estudo do preso como meio de ressocialização e forma de remição de pena**. 2019. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Curso de Direito, Faculdade UNIEvangélica, Anápolis, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Portugal: United Nations Information Centre, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 15 abr. 2023.

WINCHUAR, M.; BAHLS, D. A leitura como prática de (re)socialização no Sistema Penitenciário Nacional. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís. p. 147-164, 1 ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v10n2p147-164>. Acesso em: 02 ago. 2023.

Sobre os(as) autores(as)

Neliane Raquel Macedo Aquino

Doutorado em Letras (UFT/2019). Graduação em Direito (UFMA/2022). Tem experiência na área de Linguística e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: A importância da leitura para diferentes contextos; Uso de recursos de metodologias ativas e tecnologias educacionais digitais para o ensino e aprendizagem de língua e literatura; Ensino e aprendizagem de línguas; Fonética e Fonologia; Modelos de Aquisição de Linguagem. Atualmente, é professora de português e inglês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA - campus de Imperatriz) e do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLE) da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Desenvolve projetos sobre leitura em diferentes contextos, como: ensino médio, ensino superior, espaço carcerário e leitura para pessoa com deficiência. Desenvolve projetos sobre leitura com apoio de tecnologias educacionais e projetos voltados ao ensino de línguas e fonética.